

PROPOSTA

REJEITAR A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, EM 2019 E 2020, DEFINIDAS NOS DECRETOS-LEIS SETORIAIS EM VIGOR

Considerando que:

- i. Foi recentemente publicada a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto que estabelece o quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais das competências se encontram na administração direta e indireta do Estado;
- ii. A Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, tem fundamento na Proposta de Lei n.º 62/XIII da qual resulta que esta transferência de competências é apresentada, *“como base da reforma do Estado a fim de torná-lo mais inteligente, mais moderno e logo mais forte, o Programa do XXI Governo Constitucional erigiu como pedra angular a transformação do modelo de funcionamento do Estado, começando pelas estruturas que constituem a sua base, isto é, as autarquias locais, reforçando e aprofundando a autonomia local, apostando no incremento da legitimação das autarquias locais e abrindo portas à desejada transferência de competências da administração direta e indireta do Estado para órgãos mais próximos das pessoas, dando, assim, concretização aos princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública, plasmados no n.º 1 do artigo 6.º da Constituição.”*;
- iii. Pese embora a descentralização democrática da administração pública constitua um dos princípios fundamentais da organização e funcionamento do Estado, a esta subjaz, entre outros objetivos, o reforço da coesão territorial e social;
- iv. Esta descentralização viola o princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso às prestações inerentes às mesmas, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências;
- v. Este diploma promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura;

- vi. Por outro lado, a transferência de pessoal e equipamentos, para mais se acompanhado de um financiamento insuficiente onerará os órgãos dos municípios com um esforço financeiro significativo, desconhecendo-se ainda os moldes exatos da transferência de receitas para que as Autarquias possam assegurar estas novas competências;
- vii. Existe ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências para concessionarem serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas as quais, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão;
- viii. Na esmagadora maioria dos casos, as autarquias não vão ter condições para assumir as novas competências, com particular gravidade na educação, na saúde e na ação social, entre outras áreas, o que apenas irá agravar as desigualdades territoriais já existentes e colocar em causa a coesão social;
- ix. Não são conhecidas as verbas que serão transferidas, nem como serão apurados os valores a transferir, porque pouco está definido, como se disse, no que concerne ao Fundo de Financiamento da Descentralização e à sua operacionalização;
- x. A Reforma Administrativa está, ainda hoje, a ser esclarecida e analisada caso a caso, continuando a gerar vários constrangimentos entre órgãos autárquicos, e a decisão tomada é a de iniciar um processo ainda mais complexo e indefinido que anterior;
- xi. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais), e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (que altera a Lei das Finanças Locais), evidenciam que não está em causa uma descentralização efetiva, mas sim uma municipalização de competências;
- xii. Tal como se tem verificado, o processo está a ser feito ao contrário, isto é transferem-se primeiro as competências e depois logo se vê o resultado ou se adequa melhor o orçamento, o que é absolutamente inaceitável;
- xiii. Tratando-se de uma Lei que já entrou em vigor e é válida, apesar da ineficácia dos seus artigos, deverá ser votada a deliberação que prevê a transferência de competências, ainda que o seja por mera cautela e por desconhecimento da data de publicação dos referidos diplomas parcelares.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 29 de janeiro de 2019, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, delibera e comunica à Direção Geral das Autarquias Locais:

1. Rejeitar a transferência de competências para o Município de Lisboa, em 2019 e 2020, definidas nos Decretos-Leis setoriais em vigor.

As deputadas e os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda,

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Isabel Pires'.

Isabel Pires

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Ricardo Moreira'.

Ricardo Moreira

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rita Calvário'.

Rita Calvário